

Comitê Técnico Saúde / IBA

Ata de Reunião Ordinária do dia 09/04/2024

Local: www.whereby.com/ct_saude (reunião virtual)

Participantes - MIBA:

José Antônio Lumertz	MIBA	448
Andrea Mendonça de Souza Paixão	MIBA	616
marcos bettega de loyola	MIBA	673
Magali R. Zeller	MIBA	687
Saulo Ribeiro Lacerda	MIBA	894
Raquel Marimon da Cunha	MIBA	931
Andrea Alves de Andrade	MIBA	1066
Maria Aurenice Campos	MIBA	1186
Sandra Regina Odeli	MIBA	1209
David Coêlho Alves Corrêa	MIBA	1244
Denis Peixoto Nunes	MIBA	1342
Glance Carvas	MIBA	1640
Máris Caroline Gosmann	MIBA	1714
Oclair Custodio dos Santos	MIBA	1985
Raquel Fernandes Barbosa Pereira	MIBA	2007
Márcio Santos Dominato	MIBA	2028
Italoema Destro Sanglard Laurentys	MIBA	2051
Tatiana Xavier Gouvêa	MIBA	2135
Aline Cassia da Silva Souza	MIBA	2237
Luis Filipe Moura	MIBA	2448
Maickel Ewerson Batista	MIBA	2639
Rafael F Dal Comuni	MIBA	2749
Bruno dos Santos Rosa Ferreira	MIBA	2929
Marcos Vinicius Santos de Carvalho	MIBA	3026
lucas emanuel alves ferreira	MIBA	3035
RAQUEL VIER LANGER	MIBA	3168
Lorena Josino Silva Braga	MIBA	3.178
LUANA PEREIRA DE SOUZA	MIBA	3282
Emily Rodrigues Floresta	MIBA	3467
André Luiz Gomes Santos	MIBA	3670

Murillo Joaquim dos Santos Oliveira	MIBA	3684
Raquel Chaves Nunes	MIBA	3689
Gabriel de Almeida Venâncio	MIBA	3940
Juanito Costa	MIBA	4117
Gabriel Reiss de Castro	MIBA	4120

Abertura da reunião:

Reunião iniciada às 14h, com Lumertz agradecendo a presença de todos. Informou que o link da lista de presença será publicado no chat da reunião e passou para a pauta do dia.

Assuntos Administrativos

Atualização de membros 2024.

Lembrada a importância da semestralidade e ligação entre a adimplência e participação nos Comitês Técnicos e Grupos de Trabalho.

Assuntos Técnicos

Revisão Técnica:

Lumertz contextualiza, informando que o presidente da ANS deixará esse assunto determinado. Rumores de mercado, demonstram que o movimento político confirma a regulamentação desse tema. Informa também que o IBA está elaborando um documento com o propósito de se fazer presente e ser protagonista neste assunto. Raquel Marimon informa que o IBA encaminhará uma carta com as principais características de recomendação técnica obrigatórias, sob o ponto de vista atuarial, e com a preposição de colaboração do IBA para discussão do assunto.

Pontos da carta:

- 1) Revisão técnica é pressuposto de uma correta precificação e reaplicação dos reajustes. A perda da solicitação de reajuste individual não enseja em prerrogativa para solicitação de reequilíbrio;
- 2) Direcionada para desequilíbrio em carteira individuais: Planos Regulamentados e Não Regulamentados;
- 3) Carteira com massa significativa, amparada pela lei dos grandes números, para que seja possível a revisão técnica;

- 4) Revisão técnica realizada por atuário registrado, com MIBA e certificado;
- 5) Auditoria Atuarial externa para revisão dos cálculos atuariais do técnico interno; e
- 6) Dados auditados.

Correspondência será disponibilizada pelo grupo técnico.

Bruno Ferreira sugere adicionar no documento o impacto da revisão técnica nas OPS que são obrigadas a seguir o IFRS 17.

Saulo Lacerda reforça que o instrumento já existe, mas nenhuma OPS teve autorização de realizar. Afirma que a Unimed do Brasil trabalhou junto a ANS em prol da Unimed Rio, onde a execução de um TAC permite a revisão técnica de contratos. Porém, alerta que a revisão técnica permitida pela ANS traz outras obrigações de regulação de contrato, não somente o reajuste.

Maris Caroline aponta que o IFRS17 no Brasil, no ramo saúde, necessita de um desafio maior, quando abordado o resultado de longo prazo, e acredita que a implantação da norma demorará um pouco mais no país.

Monica Nigri solicita a avaliação de um grupo de trabalho para um PPA de perícias atuarias, visto que alguns colegas têm avançado na competência pericial, com questionamentos e solicitações. A ideia seria de delimitar o escopo de trabalho de perícia. Tatiana reforça que os problemas são de todos os lados, uma vez que há resistência de envio de dados por parte das Operadoras. Entende necessário uma ponderação sobre todos os lados.

Calendário:

Glance apresenta a grade de secretários das reuniões e informa que já está disponível a relação de titulares e suplentes para o ano de 2024. Reforça a necessidade da participação dos membros e informa a regularidade do registro de presença e das atas no site do IBA. Segue a relação formal dos membros Efetivos e Suplentes do CT Saúde.

Mês	Dia reunião 2024	Secretários	
Abril	9	Morian Coronetti de Paiva (MIBA 3691)	Luis Filipe de Barcellos Moura (MIBA 2448)
Maio	14	Sandra Regina Odéli (MIBA 1209)	Raquel Chaves Nunes (MIBA 3689)
Junho	11	Murillo Joaquim dos Santos Oliveira (MIBA 3684)	Raquel Vier Langer (MIBA 3168)
Julho	9	Denis Peixoto Nunes (MIBA 1342)	Beatriz Resende Rios da Mata Pfeilsticker (MIBA 1474)
Agosto	13	Andrea Mente (MIBA 1088)	Lorena Josino Silva Braga (MIBA 3178)
Setembro	10	Tatiana Xavier Gouvêa (2135)	Raquel Marimon da Cunha (MIBA 931)
Outubro	8	Andrea Cardoso (MIBA 999)	Italoema Destro Sanglard Laurentys (MIBA 2051)
Novembro	12	Lucas Emanuel Alves Ferreira (MIBA 3035)	João Paulo Ribeiro Longo (MIBA 2648)
Dezembro	10	Bruno dos Santos Rosa Ferreira (MIBA 2929)	Gustavo Rodrigues Melo (MIBA 3140)
Janeiro		Saulo Ribeiro Lacerda (MIBA 894)	Cristiane Zanoni (MIBA 1523)
Fevereiro		Denize Gomes Rosario (MIBA 1660)	Gustavo de Sousa Santos (MIBA 2927)
Março		Ligiana Ferreira de Oliveira (MIBA 2765)	Claudia Campestrini (MIBA 887)

Glauce reitera a figura de governança do IBA que é muito difundida no CT Saúde e destaca a abertura a participação de todos nas discussões, nos alinhamentos e nos encaminhamentos.

IRPI

Lumertz informa que há várias reportagens sobre prováveis níveis de reajustes, tanto para os Contratos Individuais (IRPI), quanto para os Contratos Coletivos, sendo alguns nitidamente “enviesados”.

Maickel Batista comenta que, em conversas com colegas, há muitos boatos sobre o assunto e que a inexistência dos dados do 4º trimestre torna todas as estimativas meras projeções, mas poucos colegas acreditam em percentuais acima de dois dígitos.

Saulo informa que o calculou do Sistema Unimed, resultando em cálculos próximos aos 10%, muito em decorrência dos casos de TEA. Outros casos, como Zolgesma, ocorreram com pouca incidência e alguns casos em planos empresariais. Casos operacionais podem influenciar os resultados das OPS, ocasionando uma suavizada na base de cálculo do índice.

Raquel reforça que problemas operacionais ocorrerão sempre, mas que governança e compliance são demasiadamente importantes pois algumas decisões tomadas por gestores não capacitados podem ocasionar grandes problemas para o mercado de saúde.

Há reportagens sobre reajuste e previsões de reajustes médios acima de 25% para empresas, trazendo instabilidade junto ao mercado. Atenta sobre a oferta de produtos para gestão da carteira empresarial, com promessas de redução nos percentuais.

O cancelamento de planos coletivos por adesão por OPS/SES, haverá oferta de grupos coletivos para compra de planos. Lumertz informa que já recebeu demandas por esse tipo de produtos.

Reajuste Coletivo – Pool de Risco

Lumertz informa que a média dos percentuais das OPS que tem acesso estão na casa de 10%.

Saulo afirma que tem uma amostra de 70 empresas e que o percentual se aproxima desse valor, muito devido pelo reajuste financeiro. Muitas OPS sem reajuste técnico, demonstrando equilíbrio do mercado.

Comentada, também, a questão que o cálculo do atuário é futuro e o reajuste do pool deve considerar essa premissa. Muitas empresas solicitam cálculos com base em aporte, mecanismo que

deve ser utilizado com cuidado pelo atuário, uma vez que são premissas relevantes, bem como outliers.

Lorena Braga informa que o reajuste tem se mostrado em percentual baixo, mas a escolha do índice tem afetado a média.

Raquel comenta que o pool foi citado no grupo de revisão técnica, onde contratos superavitários buscam outros players, tornando o pool um coletivo de contratos ruins. Saulo afirma que já observou essa demanda, mas diz que orienta a fala do antigo presidente da ANS: “cancela o contrato e forma um novo”!

Italoema reforça a fala do Saulo, mas ressalta que as cláusulas contratuais por vezes amarram o cálculo futuro. Outro desafio é quando a OPS solicita um reajuste mais elevado que os cálculos e há uma intransigência por parte das empresas.

Wanderson Oliveira informa que a experiência judicial no Estado de SP demonstra que alguns clientes aceitam o VCMH da Operadora como índice de reajuste para os clientes e questiona se os colegas entendem produtivo a busca por esse índice para todo mercado.

Diversos colegas se manifestam acerca dos reajustes de pool, informando suas realidades e, dada as manifestações, a média ficará por volta de 10%, visto que grande parte das OPS tem uma sinistralidade dentro do esperado.

Maickel e Glace apresentam uma carta que foi elaborada para envio à ANS acerca da atualização das demonstrações contábeis – DIOPS, visto que hoje a ANS não disponibiliza as retificações realizadas pelas OPS. Aprovado o envio da carta à ANS.

DPVAT e RESUS

Maickel apresenta estudo acerca da dúvida levantado anteriormente sobre a utilização do DPVAT e do RESUS. Comentou que teve uma conversa com o presidente da ANS, para saber se há uma avaliação da agência sobre o financiamento dos acidentes de trânsito pelo DPVAT e pelas OPS e foi confirmado que não há. Possivelmente há uma cobrança em duplicidade, tanto do fundo do DPVAT quanto das OPS.

Posta a palavra à disposição, não houve novas manifestações, às 16:10 horas, Lumertz encerrou a reunião com agradecimentos e abraços, lembrando que a próxima reunião será no dia 14 de maio.

Att.

DocuSigned by:
Luís Filipe de Barcellos Moura
FEE4BAB58D154DC...
Luís Filipe Moura (MIBA 2448)
Secretária da Reunião

Diretoria Técnica de Saúde
Glauce Carvas (MIBA 1640) Andrea Cardoso (MIBA 999)

Coordenação do CT Saúde
J. A. Lumertz (MIBA 448) Maickel Ewerson Batista (MIBA 2639)